

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

ATA 12/2021

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPREVE, INSTITUÍDO PELA LEI
COMPLEMENTAR Nº 180 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aos dezessete dias do mês dezembro de dois mil e vinte e um, as dez horas, na sede do IPREVE reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos para reunião ordinária do mês. O Presidente do Comitê de Investimentos Sr. Edivaldo Navarro Cachoeira, juntamente com os membros Juliane da Silva Magalhães e Lucas Scagliusi Miguel. Dando início presidente abriu a reunião cumprimentando a todos e dando início a leitura do relatório de investimentos do mês de novembro de dois mil e vinte e um. O Instituto de Previdência possui o patrimônio aplicado no mês de novembro no valor de R\$ 46.647.552,97 (Quarenta e seis milhões seiscentos e quarenta e sete mil quinhentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos). A rentabilidade do mês foi 1,29% totalizando o valor rentabilidade de R\$ 589.142,80 (Quinhentos e oitenta e nove mil e cento e quarenta e dois centavos). A meta atuarial do mês de novembro é de 14,83% contra 1,29% da carteira ate o mesmo período. O patrimônio aplicado é de 77,00% na Caixa Econômica Federal e 22,99% no Banco do Brasil. O percentual aplicado em fundos de renda fixa é de 83,32%, em Fundos Multimercado 6,27%, em Renda Variável 5,85%, Investimentos no Exterior 3,65% e em conta corrente 0,92%. A carteira segue enquadrada à Resolução CMN nº 3.922/2010 e à Política de Investimento vigente. Os indicadores do mês apresentam os seguintes percentuais, CDI 0,59%, IRF-M 1,79%, IMA-B 3,47% e IBOVESPA - 1,53%. Conforme definido pelo Comitê de Investimentos, após análise e credenciamento do Fundo ITAÚ BDR NÍVEL 1 AÇÕES FIC, realizou-se aplicação inicial no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais). Na sequência avaliou-se o cenário econômico apresentado pela SMI Consultoria. O último mês de 2021 registrou continuidade nas preocupações com a pandemia, após a descoberta da variante Ômicron no final de novembro, que levou a novos fechamentos em alguns países. O mês de novembro foi agitado para a economia mundial e brasileira, embora tenha sido um pouco mais tranquilo do que os meses imediatamente anteriores. No Brasil, o principal destaque veio do cenário político e 1scal, com o trâmite da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios no Congresso permanecendo sob o foco ao longo do mês inteiro. Em novembro, além dessa descoberta da variante Ômicron no final do mês, o principal evento que afetou os mercados aqui no Brasil foram as discussões sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, cujo trâmite foi acelerado no período. A PEC conseguiu ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado com algumas modificações, terminando o mês à espera da votação no plenário da Casa. Apesar de contribuir para maior volatilidade ao longo do mês, a tramitação do texto e suas subseqüentes aprovações contribuíram para redução de incertezas sobre o cenário fiscal, levando a um melhor desempenho no mercado de renda variável e, principalmente, no mercado de renda fixa. Além da PEC dos Precatórios, em novembro a Câmara dos Deputados também aprovou o texto-base da Medida Provisória (MP) que definia a implementação do Auxílio Brasil. Por ocorrer próximo ao final do mês, a aprovação não foi seguida pela votação dos destaques, que ficou para dezembro. Em relação aos indicadores econômicos divulgados em novembro, referentes a setembro, eles continuaram a apontar para uma fragilidade da atividade brasileira, com quedas nos três principais setores acompanhados pelo IBGE e no próprio Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que fechou setembro em queda de 0,27%. A produção industrial retraiu 0,4% naquele mês

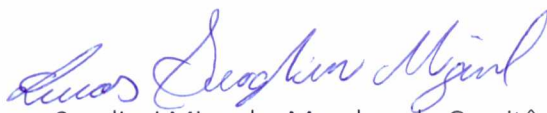
frente a agosto, enquanto as vendas no varejo caíram 1,3% e o volume de serviços diminuiu 0,6%. Todos esses setores tiveram desempenho pior do que as expectativas, e, assim como na zona do euro, foram influenciados por fatores que continuaram a afetar a economia em novembro, o que contribuiu para um pessimismo maior em relação à economia brasileira nesse período. Dentre esses fatores, destacam-se os problemas na cadeia de produção, a inflação elevada e o aumento da taxa de juros que já vinha ocorrendo a cada reunião do Copom. Apesar da perspectiva de uma economia ainda enfraquecida, a inflação continuou a ser um ponto de preocupação no mês de novembro, com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), prévia da inflação mensal, subindo 1,17%, acima dos 1,10% esperados pelo mercado, e acumulando alta de 10,73% em 12 meses. Com a inflação elevada e as perspectivas de deterioração fiscal se mantendo para 2022, os mercados seguiram esperando um aumento expressivo na taxa de juros brasileira nas reuniões seguintes do Copom, conforme o comitê já havia antecipado. Dados fiscais divulgados no último dia do mês vieram melhores do que as expectativas, com o resultado primário do setor público registrando superávit de R\$ 35,4 bilhões em outubro. Essas estatísticas, no entanto, não contribuíram para melhorar as perspectivas em relação ao cenário fiscal, que foram influenciadas mais profundamente pelos desdobramentos relativos à PEC dos Precatórios. Em meio a esse cenário observado em novembro, o mercado de renda fixa acabou se beneficiando, enquanto o mercado de renda variável apresentou mais dificuldades. Assim, o Índice Bovespa, principal benchmark da bolsa brasileira, fechou novembro com queda de 1,53%, enquanto os principais índices de renda fixa encerraram o mês com altas generalizadas. A próxima reunião foi confirmada para janeiro de 2022 com data a ser marcada com o novo cronograma para reuniões no mesmo horário. Sem mais nada a tratar segue ata assinada pelos presentes, para aprovação do Conselho Fiscal.



Edivaldo Navarro Cachoeira – Presidente do Comitê de Investimentos – CGRPPS – 443



Juliane da Silva Magalhães – Membro do Comitê de Investimentos – CGRPPS – 4732



Lucas Scagliusi Miguel – Membro do Comitê de Investimentos – CGRPPS – 4733